



GOVERNO DO  
PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

ORIENTAÇÕES PARA A ORGANIZAÇÃO  
DA SEMANA PEDAGÓGICA  
FEVEREIRO/2010

**SEMANA PEDAGÓGICA 2010: AS NECESSIDADES DA ESCOLA A PARTIR DE SEUS  
LIMITES E AVANÇOS.**

**Coordenação:**

Superintendência da Educação (SUED)  
Coordenação de Gestão Escolar (CGE)

**Participação:**

Diretoria de Políticas e Programas Educacionais  
Diretoria de Tecnologia Educacional  
Departamento de Educação Básica  
Departamento da Diversidade  
Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional  
Departamento de Educação e Trabalho  
Assessoria da Superintendência para Formação dos Profissionais da Educação

Curitiba  
2010

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO  
SEMANA PEDAGÓGICA 2010**

**CARTA DA SUPERINTENDENTE**

Caros profissionais da educação:

Mais uma vez nos reunimos em nossas escolas para planejarmos o trabalho pedagógico de 2010. Compreendemos; neste momento; a necessidade de uma retomada de todas as discussões que já desenvolvemos nestes sete anos de trabalho. Para isso, a CGE preparou um roteiro que transita pelos diferentes materiais disponibilizados pelas Diretorias, Departamentos, Coordenações e Núcleos Regionais da Educação ao longo das semanas pedagógicas.

Reafirmamos que nosso compromisso é com a instrumentalização dos profissionais da educação para se apropriarem e produzirem os conhecimentos que fundamentam as práticas pedagógicas.

Cada vez mais reconhecemos e somos reconhecidos em todo o país como um governo que assume as necessidades e lutas históricas da escola pública como uma decisão política. Portanto, tem em sua concepção os fundamentos da abordagem histórico-cultural, exatamente por compreender que esta responde às necessidades da escola pública.

A continuidade desta política depende diretamente de profissionais da educação que, mediados pelo referenciais teórico-práticos, possam produzir conhecimentos que sustentem suas práticas pedagógicas com vistas a transformar uma política de governo em uma política de Estado. É nesta perspectiva, que os documentos selecionados para as discussões desta semana e de todo o processo de formação continuada tiveram como foco os anseios daqueles que dependem da escola pública como espaço de emancipação humana e social.

Um ótimo trabalho a todos e a todas!

Alayde Maria Pinto Digiovanni  
**Superintendente da Educação**

## ORIENTAÇÕES GERAIS

O presente material compreende o Roteiro Geral das discussões que devem fundamentar a organização da Semana Pedagógica de fevereiro de 2010. Trata-se do retorno aos estudos da Semana Pedagógica de julho de 2009 no que se refere à concepção de ensino-aprendizagem que sustenta as políticas da SEED, tendo em vista as necessidades históricas da escola pública, de forma que a escola possa repensar como tal processo tem se dado na sua realidade.

Nesta perspectiva, seguem as seguintes orientações:

- Cabe ao NRE reunir, com antecedência, a direção e equipe pedagógica para orientação, acesso e distribuição do material encaminhado pela SUED. O material será disponibilizado no Portal Dia-a-dia Educação.
- Cabe às equipes pedagógicas das escolas, juntamente com a direção escolar, organizar o tempo, bem como a metodologia de discussão dos textos e atividades. Como este formato é diferenciado, cabe à equipe pedagógica levantar previamente junto ao coletivo escolar quais necessidades de discussão (temas/demandas) serão relevantes para o trabalho da escola, uma vez que não serão trabalhados TODOS os temas, e sim, a escola fará a seleção conforme a sua necessidade.
- O material do evento constitui-se de:
  - Texto 1 – Semana Pedagógica 2010: as necessidades da escola a partir de seus limites e avanços.
  - Encaminhamentos de temas que possam refletir as necessidades da escola, juntamente com referências que já foram utilizadas pela SEED e que darão suporte às discussões.
  - Não haverá roteiro de perguntas para discussão, porém isto não desobriga a escola a buscar fundamentar o planejamento de suas práticas, bem como sistematizar as discussões, por isso segue o **Quadro 1**. Lembrando que **o objetivo deste momento de estudo é rever o marco conceitual e operacional do PPP, o Regimento Escolar, assim como as práticas da escola, as quais podem se mostrar insuficientes.**

Portanto, com base em todos estes fundamentos, a proposta é que nestes dias de formação continuada, cada escola possa lançar mão destes textos e de outros trabalhados a partir de todos os processos de formação continuada - as DCEs, as produções dos professores do PDE, os GTRs (grupos de trabalhos em rede) os Grupos de Estudos, os Folhas, os OACs (objeto de aprendizagem colaborativos) os cadernos temáticos, o livro didático público, as produções do CINFOP (formação dos diretores semi presencial) os textos das jornadas pedagógicas - enfim, todo arcabouço de produções

que tomaram o profissional da educação como o sujeito epistêmico para então, refletir, fundamentar e planejar sua ação. Para a sistematização das discussões realizadas pela escola no âmbito de suas necessidades, diagnósticos, possibilidades e encaminhamentos, orienta-se que se retome os principais documentos que fundamentam, organizam e expressam o trabalho pedagógico (o PPP, a PPC e o Regimento escolar). Sobretudo, é importante refletir sobre as bases da defesa por uma educação que esteja voltada para a necessidades históricas daqueles que estão na escola pública: os trabalhadores, filhos dos trabalhadores, camponeses, indígenas, sem terra, populações ribeirinhas, enfim, aqueles para os quais a escola seja, se não o único, o principal espaço para a produção do conhecimento.

**É importante salientar que todo material da Semana Pedagógica deve ser lido e discutido coletivamente relacionando ao contexto em que a escola está inserida, de acordo com suas especificidades e os níveis e modalidades de ensino.**

#### CRONOGRAMA DE TRABALHO

01/02/10	02/02/10	03/02/10
<b>1º PERÍODO</b>	<b>1º PERÍODO</b>	<b>1º PERÍODO</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Leitura do texto<sup>1</sup> por todo o coletivo escolar.</li> <li>- Apresentação sistematizada pela equipe pedagógica sobre os temas pré-selecionados PELO COLETIVO ESCOLAR e que serão trabalhados durante dos 03 dias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Discussão de tema selecionado (ver o QUADRO 1, em anexo, para sistematização das discussões)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Discussão de tema selecionado (ver o QUADRO 1, em anexo, para sistematização das discussões)</li> </ul>
<b>2º PERÍODO</b>	<b>2º PERÍODO</b>	<b>2º PERÍODO</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Consulta aos documento referenciais da discussão (PPP, PPC, Regimento Escolar, dados de Evasão, Reprovação, Aprovação por conselho de Classe, textos de embasamento teórico)</li> <li>- Discussão de tema selecionado (ver o QUADRO 1, em anexo, para sistematização das discussões)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Discussão de tema selecionado (ver o QUADRO 1, em anexo, para sistematização das discussões)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Discussões finais e sistematização geral: em que medida os documentos (PPP, PPC, Regimento) e ações da escola, para além do burocrático, estão fazendo o enfrentamento destes temas/demandas selecionados?</li> <li>- Preenchimento coletivo do Quadro 1.</li> </ul> <p><b>ASSEMBLÉIA GERAL, PRESIDIDA PELO CONSELHO ESCOLAR PARA discussão e legitimação do Plano de Ação da escola 2010.</b></p>

#### **OBSERVAÇÕES:**

1. Visando possibilitar o avanço nas discussões, a escola poderá selecionar no máximo 03 temas/demandas entre as sugestões que seguem.

2.A discussão dos temas/demandas deve ser encaminhada a partir dos instrumentos teórico-metodológicos e legais que regulamentam o funcionamento da escola (PPP, PPC, RE, atas, dados da escola, etc), devidamente fundamentados em textos pré-selecionados.

3.Para que o material possa ser organizado com antecedência, os temas/demandas deverão ser selecionados ao final do ano letivo de 2009, consultando todo o coletivo escolar (professores, pedagogos, diretores, funcionários, alunos, pais, instâncias colegiadas) e sistematizados pela Equipe Pedagógica.

4. No dia 01 de fevereiro o texto 1 deverá ser lido e discutido por todos os participantes do coletivo escolar, uma vez que tem como objetivo a síntese analítica das produções realizadas pelas escolas da rede estadual e conveniadas, em julho de 2009. Vale ressaltar que, caso a escola opte por organizar-se em grupos, os mesmos deverão ser constituídos por representantes de todos os segmentos do coletivo escolar, devendo discutir todos os temas/demandas escolhidos.

5. Conforme o cronograma, no segundo momento, deve-se apresentar os temas anteriormente escolhidos para serem aprofundados nesta Semana Pedagógica, juntamente com o material que dará suporte às discussões de fundamentação de tais demandas no PPP, PPC, Regimento e práticas da escola. Para tanto, o PPP, PPC, Regimento também devem ser disponibilizados, uma vez que o trabalho final constitui-se revisão da abordagem neles dada aos temas/demandas selecionados para a presente semana pedagógica. Lembramos ainda que, todo tema/demanda deve ser discutido tendo como intenção a reflexão do processo de ensino-aprendizagem.

7. Os temas também podem ser novas demandas que a escola até então não ofertava e que, a partir de então, irá trabalhar (Ensino Médio por Blocos, Sala de Recursos, Ensino Profissional, Campanha “Eu acompanha o avaliação do(a) meu(a) filho(a). E você?”, etc.)

- A carga horária para todos os participantes da Semana Pedagógica é de 24 horas, distribuídas em 08 horas diárias, conforme a organização da escola, nos dias 01, 02 e 03/02, atribuídas a professores(as), agentes educacionais I e II, equipes pedagógica e diretiva;

- Nos dias 01, 02 e 03/02, em virtude da formação continuada, a escola ficará em expediente interno, sem atendimento ao público, para garantir a participação dos funcionários nas discussões.

- As discussões não estão aqui encaminhadas por níveis e modalidades, haja vista a opção em se trabalhar o todo da escola, dirimindo as possíveis fragmentações.

- Cabe aos NRE indicar às escolas de sua jurisdição a data de entrega da síntese final (Quadro 1).

- **O NRE encaminhará as produções das escolas, TODAS SALVAS EM APENAS 1 CD, à Coordenação de Gestão Escolar SEED/PR até 16/03/2010.**

- Os professores de Serviços e Apoios Especializados (Salas de Recursos, Classes Especiais, Centros de Atendimentos Especializados, Professor de Apoio Permanente, Tradutor e Intérprete/Libras/Língua Portuguesa, ofertados pelas escolas da Rede Regular de Ensino, deverão participar das atividades propostas, juntamente com o coletivo escolar.
- As Escolas de Educação Especial conveniadas deverão realizar as atividades propostas na própria escola, respeitando datas e carga horária enviadas pela SEED. Todos os professores e funcionários da escola deverão participar das atividades, a equipe técnica (psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, entre outros) poderá participar desde que cumpra a carga horária proposta.
- Os professores do programa de Educação nas Unidades Socioeducativas – PROEDUSE - deverão participar das atividades propostas nos Centros de Socioeducação.
- Os professores que atuam no serviço da Rede de Escolarização Hospitalar - SAREH, municípios de Curitiba, Maringá e Londrina, formarão um único grupo em seus municípios para participar das atividades propostas para a Semana Pedagógica, cabendo ao responsável pelo SAREH no NRE, providenciar o local e seleção dos temas/demandas, previamente discutidas com o coletivo da equipe, assim como seleção do material que servirá como apoio.

**- Em relação à inscrição e registro de frequência, seguir as orientações da Coordenação de Formação Continuada – CFC/SEED e disponibilizadas na página desta coordenação no endereço: <http://www.diaadia.pr.gov.br/cfc>**

**- Cabe aos Profissionais da Educação:**

- Optar pela participação **integral no evento** em um único estabelecimento de atuação, independente de sua carga horária ;
- Assinar o Controle de Frequência adotando a mesma assinatura em todos os períodos;

#### LEMBRETE

Em cumprimento à Instrução nº 03/2004: **terá direito à certificação o participante que obtiver 100% de frequência.**

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO  
SEMANA PEDAGÓGICA 2010**

**TEXTO 1**

**SEMANA PEDAGÓGICA 2010: AS NECESSIDADES DA ESCOLA A PARTIR DE SEUS  
LIMITES E AVANÇOS.<sup>1</sup>**

A semana pedagógica de julho de 2009 se propôs a discutir um pouco da concepção de ensino-aprendizagem da escola de Vygotsky, especialmente fundamentada na “teoria da atividade” de Leontiev. Tal trabalho teve como pressuposto analisar a forma pela qual os alunos aprendem, destacando o papel do conhecimento na escola, uma vez que é o acesso a ele, de forma historicizada e contextualizada, que responde pela especificidade da função social da escola pública.

A reflexão possibilitada pela semana pedagógica, a partir dos textos indicados, permite compreender a opção que a SEED fez pelo currículo disciplinar, uma vez que, as disciplinas escolares permitem, de forma didatizada, compreender os conteúdos em sua especificidade e totalidade. Isto se torna possível quando esta perspectiva assegura a não pulverização dos conhecimentos históricos e sociais. Esta opção já foi fundamentada na semana pedagógica de fevereiro de 2009, através do texto “A educação básica e o currículo disciplinar”. Nele destacam-se os fundamentos e as dimensões do conhecimento na perspectiva do currículo disciplinar:

Fundamentando-se nos princípios teóricos expostos, propõe-se que o currículo da Educação Básica ofereça, ao estudante, a formação necessária para o enfrentamento com vistas à transformação da realidade social, econômica e política de seu tempo. Esta ambição remete às reflexões de Gramsci em sua defesa de uma educação na qual o espaço de conhecimento, na escola, deveria equivaler à idéia de atelier-biblioteca-oficina, em favor de uma formação, a um só tempo, humanista e tecnológica. Esse é o princípio implícito nestas diretrizes quando se defende um currículo baseado nas dimensões científica, artística e filosófica do conhecimento. A produção científica, as manifestações artísticas e o legado filosófico da humanidade, como dimensões para as diversas disciplinas do currículo, possibilitam um trabalho pedagógico que aponte na direção da totalidade do conhecimento e sua relação com o cotidiano. (SEED PR, 2009)<sup>2</sup>.

Assim sendo, na ocasião da semana pedagógica, os professores receberam a análise das produções anteriores, cujo objetivo era então marcar, de forma ainda mais sistematizada, a opção curricular da SEED e a opção pela concepção de ensino – aprendizagem na abordagem histórico-

---

<sup>1</sup> Texto construído pela Coordenação de Gestão Escolar, com participação da Coordenação de Formação dos Agentes Educacionais (CFAE).

<sup>2</sup> SEED PR, A educação básica e o currículo disciplinar, DCEs Paraná, 2009.

cultural, a qual vai ao encontro de uma educação fundada na possibilidade de tomar a escola e o conhecimento escolar como via de emancipação humana.

Ainda que se leve em consideração a complexidade do texto escrito pela prof<sup>a</sup> Marta Sfori, indicado para a semana pedagógica, o texto introdutório apresentado, também para estes fins, nos indicou a necessidade de aprofundamento e compreensão sobre os elementos que interferem na aprendizagem dos alunos e, de forma ainda mais especial, na própria concepção de ensino-aprendizagem.

Algumas análises das políticas educacionais da década de 1990 nos permitem perceber as rupturas ou discontinuidades de um currículo que expressa as necessidades da escola pública e de suas especificidades. Os descaminhos produzidos pelos modismos pedagógicos que envolveram e seduziram grande parte dos professores ao longo das políticas em âmbito nacional da década de 1990, ainda provocam impactos, não só na formação, como na própria compreensão do papel do professor. De um lado, percebe-se o docente, historicamente, ainda situado de forma difusa sobre sua função, na forma de atuação e na mediação do processo de ensino-aprendizagem e, de outro lado, percebe-se também o arrefecimento e desgaste de sua própria função.

Estas ponderações se fazem presentes na medida em que o tema proposto pela semana pedagógica de julho nos levou a perceber que a discussão sobre o binômio ensino-aprendizagem pode correr o risco de não estar na centralidade do trabalho pedagógico na escola, e também da própria fundamentação teórica que sustenta grande parte da formação inicial e continuada do professor. Essa insuficiência na formação manifesta-se e manifestou-se na dificuldade em transpor a compreensão teórica sobre a concepção de ensino-aprendizagem para a prática docente, bem como na própria dificuldade em entender as bases conceituais sobre uma opção teórico-prática.

Em todo o processo de formação, a SEED teve o cuidado em ler e dar o retorno às escolas sobre as produções, a fim de tomá-las como referencial para propor os temas das semanas pedagógicas que se sucederam. Este mesmo exercício foi realizado também com a intenção de se fazer ponderações em relação aos próprios encaminhamentos da SEED no que se refere aos roteiros de trabalho.

Esta mesma reflexão, a SEED faz, neste momento, ponderando a complexidade do texto indicado, mas não abrindo mão da concepção que o sustenta. Concepção esta que vai ao encontro da opção de uma pedagogia crítica, que na tradição pedagógica tem sido chamada de progressista.

Contudo, sentimos a dificuldade de interpretação percebida ante ao roteiro de análise do texto de Sfori. Destaca-se, a exemplo desta dificuldade a crítica que a autora faz às políticas da década de 1990 que se colocaram num movimento sedutor que secundarizou a função social da escola ao privilegiar o desenvolvimento de habilidades expressas nos quatro pilares da educação defendidos no relatório Jaques Delors, em detrimento dos conteúdos de ensino.

Chamou-nos à atenção incompreensões tais como a apresentada no relatório de sistematização de um dos Núcleos Regionais:

A seleção dos conteúdos, a escolha da metodologia e a didática de ensino, organização do programa precisam estar em consonância com os objetivos do ensino e da aprendizagem. Nesse aspecto, consideramos o que afirma o Relatório para a UNESCO, da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, que esboça as diretrizes das políticas na área educacional: **a era da informação possibilitou o acesso a dados e fatos e por isso cabe à educação escolar possibilitar que todos tenham acesso às mesmas informações. Mais que isso, a escola/educação precisa adaptar-se às transformações da sociedade e empregar os recursos – advindos das pesquisas científicas, Internet, informática, recursos de mídia, entre outros ... - para transmitir o conhecimento historicamente acumulado pelo estudo, cultura e experiência humana. Sforzi (2004, 75) recorre a Delors (2001) quando trata do objetivo do afazer escolar: trata-se de formar para a inovação pessoas capazes de evoluir e se adaptar a um mundo em rápida mudança e capazes de dominar as transformações. Por isso, ela defende que a educação seja organizada em torno de quatro pilares: aprender a viver, a conhecer, a fazer e a ser. Essas aprendizagens desdobram-se em habilidades e competências, ou seja, saber e colocar em ação, realizar na prática (grifos nossos).**

Destaca-se, contudo, que ao contrário de algumas interpretações realizadas pelas escolas acerca do seu papel frente ao mercado e suas demandas imediatistas e utilitárias, a autora, na verdade, faz a crítica ao Relatório Delors e sua concepção, afirmando que:

**No sentido de atender às demandas de adaptação e coesão social, propõe-se que a educação seja organizada em torno de quatro pilares: aprender a viver, a conhecer, a fazer e a ser. [...] os conteúdos das várias ciências são, evidentemente valorizados, mas na condição de instrumentos para a realização dessa formação imediata.** No relatório Jacques Delors para a UNESCO, podemos observar que o único “ pilar da aprendizagem” voltado especialmente para o conhecimento científico limita-se a pretender que ...”cada um aprenda a compreender o mundo que o rodeia, pelo menos na medida em que isso lhe é necessário para viver dignamente, para desenvolver suas capacidades profissionais para comunicar “ (DELORS, 2001, p.91). **Para essa expectativa de formação imediatista e utilitária, o desenvolvimento do pensamento empírico pode ser suficiente (SFORZI, 2004 p.75) grifos nossos.**

É relevante pensar que desde o início da formação continuada, de maneira explícita ou não, direta ou indireta, a SEED se propôs a discutir o papel da escola, para além das necessidades pragmáticas e utilitaristas do mercado. Isto tem uma forte expressão quando se destacou e se destaca que **o papel da escola não é adaptar o sujeito às novas demandas da sociedade atual** e sim, por meio do conhecimento histórico, científico, artístico e filosófico, possibilitar que o aluno tenha condições de analisar a sociedade atual em suas contradições, instrumentalizando-o para transformar sua prática social e não adaptar-se a este mundo tão excludente, preconceituoso e meritocrático.

Em outro exemplo, percebe-se que, embora haja uma negação do caráter utilitário da escola, a formação de maneira pragmática para o mercado, para a vocação numa perspectiva

da ação competitiva, tem ainda permeado algumas produções, as quais, em alguma medida, possibilitam-nos perceber a necessidade de buscar uma maior compreensão na relação que existe entre uma concepção de educação voltada para a função social da escola pública e a concepção de ensino-aprendizagem que a sustente. Esta dificuldade de relação se exemplifica também nas citações abaixo, retiradas das produções das escolas da rede estadual:

A escola não apresenta esta concepção imediatista e utilitária; busca fundamentar a formação científica do aluno. **Evidentemente que o aluno mais capacitado neste processo poderá usufruir de uma oportunidade mais efetiva para o mercado de trabalho seletivo.** É necessário ressaltar que o aluno nos dias atuais tem que ser preparado analisando-se todas as teorias que venham a acarretar algum benefício em sua vida profissional e pessoal, pois não se deve esquecer que o corpo docente também forma cidadão (...).

A escola, geralmente deve seguir a proposta pedagógica construída pelo sistema capitalista, a qual muitas vezes não é a mais viável e mais adequada ao estudante e nem ao sistema de ensino. Até mesmo pela necessidade de inserção no mercado de trabalho, muitas vezes pecamos atendendo ao mercado. **Na verdade o trabalho deveria ser visto como um processo de humanização deste homem, mas não como forma de igualdade social (...).**

O trabalho faz parte da vida do ser humano. É natural em determinada fase da vida (ou necessidade) voltar atenção e priorizar o trabalho. Porém em nossa escola por ofertar apenas formação geral e não formação profissional (cursos técnicos e/ou profissionalizantes), **não percebemos tanta ênfase na preparação para o mercado de trabalho conforme citado pela autora. O foco da escola está voltado mais para a orientação vocacional e profissional** com oferta de oficinas culturais e profissionalizantes na Semana Cultural, serviço de orientação vocacional com oferta de palestras de diversos profissionais na escola ...  
Acreditamos que atualmente nossa escola não visa apenas a formação para o mercado de trabalho, nem tão pouco a formação imediatista, no entanto, procura-se estimular no **aluno a consciência crítica e o desejo de ser competitivo, uma vez que o próprio sistema exige essa atitude (...).**

A escola não prepara o educando para o mercado de trabalho, mas sim prepara-o para ser **consciente da necessidade de buscar conhecimentos e prepara para a competitividade**, fazendo uma relação do conteúdo com as necessidades do mercado de trabalho (...).

Os conteúdos devem ser planejados e estruturados de forma dinâmica, envolvente, de modo que, conduza o aluno a apropriar-se do mesmo. Além disso, os conteúdos devem ser pensados de acordo com sua pertinência, para deste modo, **apaziguarmos as diferenças econômicas e sócio-culturais (...).**

Enfim, ainda que se leve em conta tanto as ponderações feitas pelas escolas sobre a complexidade do texto sugerido para a semana pedagógica de julho de 2009, as incompreensões conceituais, ou mesmo a própria convicção de que a função da escola pública pode ser a de atender o mercado de forma utilitarista e pragmática, a análise das produções das escolas nos possibilita perceber :

- que existe uma necessidade histórica em avançar na **compreensão sobre qual é a forma de conceber o processo de ensinar e aprender**, o que suscita a insegurança sobre o papel do professor e do conteúdo de ensino.
- Uma necessidade de avançar na compreensão também nas **contribuições das teorias de**

**ensino-aprendizagem** sobre a prática pedagógica docente e a forma de ensinar e avaliar os alunos.

- Que, embora os textos tenham trazido diferenças marcantes sobre o Construtivismo e a concepção Histórico-cultural, ainda há de se avançar na compreensão das mesmas e suas diferentes bases epistemológicas.
- A necessidade de se discutir mais o entendimento sobre a diferença de conhecimento espontâneo e científico.
- A necessidade histórica de tomar o papel da escola, para além da apologia ao mérito, à competitividade e ao utilitarismo.

Isto é ilustrado em uma das sistematizações quando a escola afirma que:

**É necessário haver maior valorização dos princípios morais, éticos e sociais. Antes do conhecimento científico deverão ser priorizados os pilares educacionais: aprender a viver, a conhecer, a fazer e a ser, transformando a prática pedagógica no que a escola e a sociedade esperam “É através do repasse do conhecimento científico, não negando o caráter de competitividade e a ideologia capitalista, a globalização econômica, cultural, tecnológica e esclarecendo que com tal conhecimento, adquirimos condições necessárias para sua autonomia (grifos nossos).**

É preciso contudo ressaltar que estas compreensões não expressam de forma alguma o conjunto das produções. O descontinuísmo das gestões e das políticas, o excesso de demandas imputado às escolas, o viés gerencialista historicamente atribuído à gestão escolar, os modismos pedagógicos são alguns dos condicionantes, já analisados em textos anteriores, sobre a falta de compreensão da comunidade, como um todo, sobre a função social da escola. Contudo, não se pode negar que em meio a tantos ranços e avanços das políticas educacionais e de formação de professores que marcam a história da educação, as produções nos indicam importantes análises sobre a organização do conhecimento no currículo.

As próprias escolas e Núcleos Regionais da Educação indicam como avanço a compreensão sobre a forma de abordar discussões como violência, preconceito, discriminação e uso indevido de drogas, a partir do seu PPP ou do próprio currículo. Muitas das produções, quando fazem referência em como trabalhar ou não com estes temas no currículo, já se remetem a discussão do texto da semana pedagógica de julho de 2008, ao abordar que os “temas” devem ser trabalhados se forem “chamados” pelos conteúdos disciplinares.

Segundo Frigotto (1993), a produção do conhecimento e sua socialização para determinados grupos ou classes não é alheio ao conjunto de práticas e relações que produzem num determinado tempo ou espaço. Isto significa dizer que ao se abordar o conteúdo da disciplina – recorte histórico, político e cultural do conhecimento (que por sua vez já trouxe consigo uma intencionalidade) é preciso analisá-lo em suas múltiplas determinações. Mesmo delimitado, o conhecimento não perde o tecido da totalidade. É na categoria totalidade – condição de compreensão do conhecimento nas suas determinações que se as questões

sociais, ambientais, econômicas, políticas e culturais podem e devem ser tratadas. Nesta perspectiva, os “desafios educacionais” no currículo devem pressupor ser parte desta totalidade. Portanto eles não podem se impor à disciplina numa relação artificial e arbitrária, devem ser “chamados” pelo conteúdo da disciplina em seu contexto e não o contrário transversalizando-o ou secundarizando-o (SEED/PR, 2003).<sup>3</sup>

A opção pelo currículo disciplinar foi um dos destaques das escolas que indicam a compreensão de que ao se contrapor a fragmentação dos conteúdos tradicionalmente posta pela visão mecanicista de conhecimento, não significa jamais romper com as disciplinas. Um outro destaque interessante a se fazer é a grande quantidade de produções que relacionou a discussão sobre a abordagem histórico cultural de ensino – aprendizagem com a metodologia da pedagogia histórico crítica. Algumas escolas ilustram essa relação com os passos desta metodologia também destacados por algumas Diretrizes Curriculares do Estado.: a prática social – a problematização - instrumentalização – catarse e prática social final.

De fato, esta proposta encontra ressonância na abordagem histórico cultural pela sua opção conceitual – no papel do professor, do ensino e aprendizagem e na função social da escola.

Ressalta-se nesta relação a produção de um dos Núcleos Regionais da Educação acerca do retorno da escolas:

A tarefa do professor deve centrar-se em ensinar o aluno a estabelecer uma relação consciente com o conhecimento científico. Segundo Saviani passa-se do senso comum à consciência filosófica e cabe ao professor partir da prática social, buscando alterar qualitativamente a prática de seus alunos, para que possam ser agentes de transformação social (Sistematização de um NRE, a partir da produção das escolas).

A discussão sobre o papel do plano de trabalho docente, diante da intencionalidade do conteúdo, foi um dos destaques importantes feitos pelos Núcleos a partir das produções das escolas. Pode-se ilustrar esta posição em uma das produções das escolas a partir da semana pedagógica:

A intencionalidade se expressa no encaminhamento realizado pelo professor ao fazer a interligação entre a base que o aluno traz de sua realidade com o conhecimento científico. Esta intencionalidade traduz-se na opção que o professor faz quando escolhe o recorte do conteúdo a ser trabalhado no PTD, bem como nos encaminhamentos metodológicos e recursos tecnológicos a serem utilizados neste trabalho.

A opção pelo currículo disciplinar, pelos conteúdos de ensino, como via de acesso ao conhecimento e, portanto, pelo papel do professor como aquele que ensina sim os conteúdos escolares, nos indica a necessidade em compreender que a abordagem histórico-cultural responde às necessidades históricas da escola pública. Destaca-se ainda que a diferença fundamental entre as teorias de ensino-aprendizagem está numa compreensão que não pode ser

negligenciada nos estudos teóricos: a de que o ensino precede o desenvolvimento e não se pode esperar o aluno ficar “maduro” para aprender. Este pressuposto que marcou por anos algumas formações iniciais e continuadas, negligenciou o papel do ensino e do próprio professor. Esperando a criança amadurecer, muitos dos nossos alunos ainda não sabem ler e escrever. É por isto que as teorias não podem vir desarticuladas das práticas e, nem tampouco, estas podem ser desenvolvidas sem o mínimo de fundamentação teórica que a torne consciente e coerente com as necessidades dos nossos alunos em relação ao seu papel no mundo que o cerca.

Outro destaque a se fazer é a relação dialética entre o papel da escola, os conhecimentos do cotidiano, os históricos, os científicos, os artísticos e os filosóficos. É evidente que o cotidiano é ponto de partida, mas jamais pode estar objetivado no fim do processo pedagógico. A escola é o espaço para que a criança tenha acesso aos conhecimentos produzidos pelo conjunto da humanidade de forma sistematizada. É, portanto, democrático que ela seja espaço de socialização de um conhecimento que possibilite a todos os envolvidos compreender as contradições do real para modificá-lo. É nesta compreensão que se situa a intencionalidade do papel da escola, que não é trabalhar no acaso, na espontaneidade, no experimentalismo e no vazio do pragmatismo do cotidiano. É neste pressuposto que se situa a defesa pela “unidade na diversidade”. Pessoas, sujeitos e comunidade, diversos e diferentes têm igualmente a necessidade de aprender – nem mais e nem menos.

Isto posto, destaca-se uma citação de uma das pesquisas do PDE desenvolvida por Irene Liesemberg Souto Maior<sup>4</sup>. Citando Snyders (1997), ela conclui que:

A renovação dos conteúdos possibilita também a renovação dos métodos e relações, pois quando a escola propõe temas de estudo que ajudam os alunos a superar suas incertezas e angústias, o autoritarismo pode dar lugar a atitudes de cooperação. “Se os conteúdos a alcançar se inscrevem no prolongamento daquilo que os alunos esperam, então o mestre deixa de ser o inimigo e já nem é um ser exterior” (SNYDERS, 1978, p. 313). Os alunos somente terão acesso a conteúdos verdadeiros se estes estiverem em continuidade com sua própria experiência. É necessário também que haja uma ruptura, ou seja, que ultrapassem a experiência inicial, pois “as necessidades não são inerentes ao indivíduo. A produção material da sociedade é que determina os hábitos, gostos e necessidades. Por isso a educação não pode limitar-se aos desejos manifestos” (p. 320), mas, partindo deles, deve ir além. (SOUTO MAIOR, s/d, p.07-08)

A professora pesquisadora destaca ainda as contribuições de Snyders ao afirmar que:

A alegria na escola não pode estar atrelada ao espontaneísmo ou à satisfação dos desejos imediatos dos alunos, pois isto poderia comprometer sua preparação para agir no mundo. Mesmo reconhecendo a importância de “métodos agradáveis” e “relações simpáticas entre professores e alunos”, Snyders (1988) aponta a “renovação dos conteúdos culturais” como fonte primeira de alegria. Mas acrescenta que, se a escolaridade obrigatória para crianças e jovens deve propiciar intensa satisfação cultural, seus interesses e necessidades não podem ser desprezados (SOUTO MAIOR, s/d, p.03).

---

<sup>4</sup> SOUTO MAIOR, Irene Liesemberg. Buscando a alegria na sala de aula. S/d.

Haja vista a complexidade da discussão, é preciso reconhecer que, embora a semana pedagógica tenha uma importância sobremaneira para a formação continuada, no sentido de ser um espaço de instrumentalização do coletivo escolar, não se pode deixar de perceber que ela se torna insuficiente, se for o único espaço para tal e para trazer assuntos tão complexos como a forma de conceber o ensinar e o aprender na escola. Portanto, no que se refere ao tema proposto, ela não deve esgotar-se nela mesma, até mesmo porque muitas são as formas da escola discutir os textos, as quais podem dificultar o seu entendimento como um todo: as escolas tendem a dividir as questões entre os grupos de professores e também sentem a necessidade de discutir temas específicos da sua rotina. É sabido, que muitas fazem um planejamento diferente do proposto pela semana pedagógica, correndo o risco de secundarizar a discussão conceitual que pode fundamentar as suas necessidades. É também necessário destacar que é possível perceber quando algumas entendem os roteiros de estudos como mais uma lição a se cumprir, muitas vezes, respondendo-o como um conjunto de recortes.

Muito embora as discussões das semanas pedagógicas possibilitem uma maior ou menor reflexão do coletivo escolar, haja vista a condução e aproveitamento no interior de cada escola, ela oportunizou de forma especial a participação dos funcionários, concebendo-os como sujeitos educadores. Não cabe falar em gestão democrática, negligenciando a participação deles no processo coletivo de tomadas de decisão. Contudo, ainda precisamos avançar na cultura escolar ou tradição pedagógica para que o funcionário ou a comunidade participe deste processo. E neste sentido, é necessário tomar a escola como espaço de socialização do conhecimento e formar sistematizadamente os funcionários também. A semana pedagógica de 2009 trouxe este debate e, da mesma forma, foi possível destacar que a produção dos funcionários nos indica avanços e contradições na compreensão do seu papel como educador e da própria função social da escola.

A compreensão da gestão democrática e do papel da escola como espaço de socialização dos conhecimentos por parte dos agentes educacionais foi um dos maiores avanços indicados nas produções das escolas. É importante destacar uma das produções que indica que deve haver, por parte dos funcionários “a participação efetiva nos órgãos colegiados, buscando junto a direção, equipe pedagógica e professores melhores formas para resolver as situações problemas”.

Houve escolas, que movidas por esta percepção, destacam que não há como considerar o trabalho dos funcionários como resultado de uma história social se não houver respeito para com a categoria “*desde o preparo de material específico para capacitação deste profissional, até a visão da comunidade escolar sobre as atividades desenvolvidas pelos mesmos*” (Produção de Agentes Educacionais).

Diante das colocações enfatizadas pelas escolas destaca-se a efetivação da gestão democrática, tendo em vista que a mesma é um processo que se

fundamenta no diálogo, onde encontra-se a oportunidade para que todos os segmentos façam parte do processo educativo. Desta forma obviamente, os educadores não docentes participam do processo de tomada de decisão, de implementação, de análise e de avaliação das ações planejadas. É válido ressaltar que por se tratar de educação, estamos em processo de construção e que “é necessário considerar todos os integrantes da escola como protagonistas do processo educativo e tornando-se imprescindível a construção de uma prática de trabalho coletiva, comprometida com a qualidade da educação” (Sistematização realizada pela CFAE/SEED, 2009).

No entanto, ainda há o que se avançar na compreensão do que seja o funcionário como educador. Algumas escolas entenderam que este processo se reduz a aconselhar os alunos, ouvir seus desabafos e ensinar a partir dos conhecimentos informais.

Algumas produções dos Agentes Educacionais nos indicam essa compreensão (as quais devem ser tomadas com muito cuidado):

Conjuntamente com os professores e Equipe pedagógica tentamos passar para os alunos noções de respeito, companheirismo, colaboração na limpeza, orientação de fundo psicológico, (pois somos procuradas para ouvir queixas dos alunos com relação aos professores de seus familiares) (...).

O agente educacional consegue ouvir e aconselhar, passando conhecimento informal, pensando ser importante participar da vida do aluno, conhecer sua realidade, e ter amizade. (...)

Os agentes educacionais não transmitem conhecimento científico para os alunos, mas transmitem conhecimentos empíricos, voltados para a conduta sobre higiene, disciplina, organização, respeito, ética, paciência, considerando-se como mediadores do conhecimento cultural, político e social. Os agentes educacionais ajudam muito na educação dos estudantes, às vezes os alunos conversam mais com os funcionários do que com a equipe pedagógica direção ou professores. Eles sentem-se mais a vontade em dialogar ou até desabafar (...).

O que é necessário destacar é o cuidado que se deve ter ao tomar o trabalho do funcionário como aquele que pela convivência permite ao aluno que ele seja a referência para desabafos ou aconselhamento. Por outro lado, não se pode afirmar que todo o conhecimento que ele tem posto na especificidade de sua função esteja fundamentado num saber apenas empírico. Quando ele participa da organização da higiene e até da disciplina tem aqui um conhecimento sim fundamentado e sistematizado que não é empírico.

Entretanto, uma das produções pode ser tomada como exemplo para ilustrar o papel educativo dos funcionários que, seguramente, passa pela participação coletiva no processo de tomada de decisões no interior da escola, assim como:

O trabalho do agente educacional é necessário para tornar possível a tarefa do professor em transmitir o conhecimento organizado, garantindo ambiente agradável e materiais disponíveis para aquilo que foi proposto ensinar. O trabalho dos agentes educacionais serve de apoio na escola. Tem como função principal levar o conhecimento de forma organizada. Este trabalho dá suporte às ações da escola, seja na área administrativa, infra-estrutura escolar. O trabalho dos agentes educacionais é organizado e sistematizado dentro de uma concepção curricular

que envolve todo o trabalho escolar e a interação do aluno com esses profissionais. A convivência social que acontece entre eles se reflete na aprendizagem como um todo, uma vez que os agentes educacionais interagem com conhecimentos diversos, desde a organização da vida escolar, a documentação oficial, a alimentação servida aos alunos, os hábitos de higiene e cuidados pessoais, bem como com a conservação dos bens públicos. O Agente Educacional não tem uma participação direta, mas sempre deve estar atento às necessidades e dificuldades que os alunos apresentarem e dentro dessa realidade mostrar quais são os conceitos que levam o indivíduo a inserção social mostrando a importância de adquirir mais conhecimentos de forma organizada, tanto na cantina, sala de aula, secretaria, biblioteca, respeitando o regime interno da instituição. O agente educacional pode-se ver na perspectiva de transmitir a educação formal através dos conhecimentos adquiridos durante o percurso de nossas vidas, tanto o teórico quanto o prático, reforçando os conteúdos repassados pelos professores. O trabalho educacional se desenvolve direta e indiretamente através de várias formas com atividades práticas e no convívio diário com os alunos dentro do ambiente escolar. Na escola, as atividades educativas são feitas através de forma organizada. A partir do momento que a criança ingressa na escola começa a ter suas concepções e toma consciência de seus processos evolutivos, o agente educacional nesta perspectiva leva os educandos a terem suas responsabilidades orientando-os de forma correta os procedimentos e conhecimentos dentro da escola. Nós, os agentes educacionais, fortalecemos nossa identidade de educadores quando interagimos ativamente no processo de ensino-aprendizagem, claro que, sem ultrapassar os limites de nossa função, e principalmente se utilizando o conceito de “respeito e dedicação”, que é a base forte do nosso trabalho. E esse conceito está relacionado com dignidade, honestidade, união e outros princípios de formação de caráter, tudo isso sem qualquer hierarquia. Os trabalhos dos agentes educacionais podem ser vistos de forma a esclarecer aos alunos o porquê de sua função na escola, quer como funcionários de serviços gerais, cozinheiras, técnicos. A partir do momento que os alunos conhecerem a função de cada um deles e o conhecimento que cada um tem na execução das suas tarefas perceberão a importância da aquisição do saber sistematizado. Ao valorizar o conhecimento empírico do aluno estará contribuindo para a valorização do conhecimento formal, ao dar suporte necessário para o educando está contribuindo para que este receba o conhecimento formalmente organizado, pois a sua tarefa é essencial para que este tenha êxito na aquisição do conhecimento elaborado. Dando apoio e sustentação e incentivando a pessoa ou mesmo os alunos a não parar de estudar. Dando oportunidade aos outros para que torne o conhecimento acessível (produção de Agentes Educacionais).

Enfim, no que se refere a esta formação devemos considerar que, embora, desde 2003, a SEED, tenha se proposto a discutir a função social da escola, ainda há muito o que se avançar no âmbito da formação continuada, mas também da formação inicial, no que se refere à relação entre a concepção de ensino- aprendizagem e a prática pedagógica. Ao se fazer este destaque, estamos também ponderando que há a necessidade histórica de afinar os discursos, necessidades e expectativas entre os gestores das políticas públicas e as Instituições de Ensino Superior.

Ainda que no âmbito acadêmico, muitas pesquisas sejam desenvolvidas no sentido de fazer a análise da abordagem das políticas públicas, a formação dos professores, tanto inicial como continuada, não prescinde dessa relação, a qual vai para além da análise das políticas e se coloca na necessidade em somar esforços entre Estado, Instituições de Educação Superior, movimentos sociais e comunidade em geral. Em todos estes segmentos, ao se pensar escola é importante que a aprendizagem esteja no centro dos processos de formação dos profissionais da educação e do trabalho pedagógico.

Estas reflexões nos remetem à necessidade de destacar o papel da escola. Ela caminha junto com um dos grandes anseios, não somente das equipes pedagógicas e direção escolar, mas também dos funcionários e da comunidade escolar.

A este respeito, é também importante ressaltar o quanto, em diversos encontros entre escola, Núcleos Regionais e Secretaria da Educação, os profissionais da educação clamam para a SEED possibilitar à escola um espaço para que coletivamente, na semana pedagógica, seja possível pensar nas suas prioridades e fundamentá-las no âmbito do seu Projeto Político-Pedagógico.

Assim, considerando a sempre necessidade de se tomar a aprendizagem na centralidade do processo, e se avançar na discussão sobre a concepção que sustenta o processo de ensinar e aprender, bem como, na necessidade da escola em se organizar em suas prioridades e desafios, **a semana pedagógica de 2010 vem propor que todos possam ter, neste momento, um olhar sobre o interior da escola.**

Desde 2005, a discussão sobre o Projeto Político-Pedagógico como aquele que expressa os princípios, diagnósticos e encaminhamentos da escola, para e por ela permeou as formações continuadas. Contudo, se ele não expressar os caminhos que a escola tomará para promover o que é fundamental na sua função - o ensinar e o aprender - ele não passará de mais um documento burocrático.

Há que se destacar que a construção do PPP, por parte da escola, foi uma conquista da categoria dos professores que lutavam por uma maior autonomia. Ele não pode perder essa dimensão de luta, conquista e expressão de autonomia, mas deve, sobretudo contemplar os princípios e caminhos que a escola tomará para que sua função social seja pensada de forma sistematizada.

A partir do PPP se organiza o currículo escolar, o qual se legitima no regimento escolar e se expressa no plano de trabalho docente. Estes quatro são, portanto alguns dos documentos que fundamentam, organizam e legitimam o trabalho pedagógico.

Contudo, que estes princípios e fundamentos se definem no âmbito das necessidades daqueles que estão e dependem da escola pública, conseqüentemente, do coletivo escolar. Assim sendo, é somente na perspectiva da gestão democrática, a qual oportuniza a instrumentalização dos envolvidos na escola, que se efetiva a discussão e definição destes princípios.

A democracia na escola se fundamenta, sobretudo, na socialização do conhecimento. É democrático que o conhecimento possa ser para todos. Este “todo”, ou seja, este coletivo, envolve toda a comunidade escolar, tomada em sua especificidade: alunos, professores, direção, equipe pedagógica, pais, funcionários, caciques, enfim todos os que tenham na escola a expressão de sua necessidade e identidade. A comunidade escolar, constituída por seus sujeitos - determinantes e determinados pelas questões sociais, econômicas, políticas, culturais, geográficas, locais e históricas, têm necessidades e expectativas no âmbito do papel da escola. Contudo, as demandas que incidem sobre a escola devem ser refletidas e até ponderadas no

limite e na forma como ela (a escola) pode ou não se responsabilizar pelas questões, que muitas vezes estão nela, mas não são inerentes a ela, como por exemplo: as desigualdades sociais, a falta de emprego, a fome, a violência, a miséria, o preconceito, a discriminação e a exclusão. É na escola que estas questões convivem ou colidem. Elas expressam, portanto, desafios a se enfrentar, os quais, muitas vezes revelam um enfrentamento que é histórico, cultural e social. Embora estas questões não possam ser resolvidas no espaço escolar, devem ser discutidas para que possamos pensar na possibilidade de se construir uma outra história que, obrigatoriamente, é coletiva. Estas questões não podem ser tomadas e/ou discutidas no vazio do senso comum e na espontaneidade. A escola não é espaço de terapias, mas de conhecimento e encaminhamentos que só podem ser feitos a partir dos fundamentos necessários para pensar na sua ação. Estes fundamentos estão postos na concepção de educação que vai ao encontro das necessidades daqueles que estão na escola pública e, portanto, vivem do seu trabalho. Esta concepção não é da SEED, nem de um ou outro governo, o que a define é a necessidade histórica da escola pública e, de seus sujeitos, como espaço de ensinar e aprender.

Portanto, o PPP e a PPC não podem jamais ser construídos em portas fechadas, nem tampouco ser a expressão da compra da força de trabalho de algum especialista. Não podem ser definidos por parcerias, empresas ou ONGs. Devem expressar as necessidades deste coletivo e serem discutidos por todos. Foi pensando nesta coletividade e na necessidade de se produzir o conhecimento no âmbito da escola, bem como, definir as políticas curriculares coletivamente, que a SEED, em suas ações, defendeu e defende a perspectiva do profissional da educação como sujeito epistêmico: aquele que produz o conhecimento e, nesta perspectiva, busca historicamente enfrentar a dicotomia expressa, no âmbito do capitalismo, entre os que pensam e os que executam. **É preciso que a escola diagnostique suas necessidades, dificuldades, desafios e se fundamente para planejar a ação pedagógica.**

Esta é a proposta da formação continuada de 2010!

Entende-se que desde 2005, de forma mais ou menos sistematizada, a SEED sempre procurou colocar colocou no bojo de sua formação, discussões como a função social da escola pública, a gestão democrática, o currículo escolar, os desafios do cotidiano na escola, a concepção de ensino-aprendizagem, a inclusão, o enfrentamento ao preconceito e à discriminação social, racial e de gênero, a concepção de método, a forma como se defende a organização do conhecimento no currículo e do trabalho pedagógico da escola.

Portanto, com base em todos estes fundamentos, a proposta é que nestes dias de formação continuada, cada escola possa lançar mão destes textos e de outros trabalhos a partir de todos os processos de formação continuada - as DCEs, as produções dos professores do PDE, os GTRs (grupos de trabalhos em rede) os Grupos de Estudos, os Folhas, os OACs (objeto de aprendizagem colaborativos) os cadernos temáticos, o livro didático público, as produções do CINFOP (formação dos diretores semi-presencial), os textos das Jornadas Pedagógicas - enfim, todo arcabouço de produções que tomaram o profissional da educação

como o sujeito epistêmico para então, refletir, fundamentar e planejar sua ação. Para a sistematização das discussões realizadas pela escola no âmbito de suas necessidades, diagnósticos, possibilidades e encaminhamentos, orienta-se que se retome os principais documentos que fundamentam, organizam e expressam o trabalho pedagógico (o PPP, a PPC e o Regimento Escolar). Sobretudo, é importante refletir sobre as bases da defesa por uma educação que esteja voltada para as necessidades históricas daqueles que estão na escola pública: os trabalhadores, filhos dos trabalhadores, enfim, aqueles para os quais a escola seja, se não o único, o principal espaço para a produção do conhecimento.

A partir dessas considerações, a escola, de acordo com o coletivo, elencará o que deseja trabalhar nesta semana pedagógica, desde que considere como foco o processo de ensino-aprendizagem e quais as necessidades de fundamentação da escola para pensar sua prática para que de fato tal processo possa ter mais qualidade. Para isso, seguem temas e textos já trabalhados pela SEED e que podem ser retomados como um dos instrumentos de estudo da escola para melhor fundamentação para o planejamento de suas ações:

## SEMANAS PEDAGÓGICAS ANTERIORES

### 2005

Reflexão do papel e identidade do Ensino Médio na perspectiva do currículo disciplinar, com base nos textos:

- \*DEM/SEED “A Reforma do Ensino Médio – uma análise crítica”, SEED: PR, 2005.
- \*DEM/SEED “O Currículo do Ensino Médio do Paraná em perspectiva”, SEED, PR.2005
- \*Leitura dos fundamentos teóricos-metodológicos das orientações curriculares estaduais em construção coletiva.
- \*Análise dos conteúdos estruturantes de cada disciplina
- \*Discussão dos elementos e construção do Projeto político-pedagógico

### 2006

Estudo coletivo texto:

- \*ARCO VERDE, Y.S.F. “Introdução às Diretrizes Curriculares “ SUEP.PR, 2003.
- \*Leitura da versão preliminar – em construção das Diretrizes curriculares para o Ensino Fundamental do Estado do Paraná.
- \*Leitura da versão preliminar das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio do Estado do Paraná.
- \*Análise da concepção de Educação Profissional na perspectiva do Ensino Médio Integrado, dos princípios do currículo da Educação profissional e do Ensino Médio, das possibilidades de adequação das propostas curriculares dos cursos de Educação profissional com organização curricular integrada ao Ensino Médio às novas diretrizes do Ensino Médio.
- \*Construção da Proposta Pedagógica Curricular da Educação Profissional - DEP/SEED

Com base nos textos:

- \*DEP/SEED Fundamentos políticos e pedagógicos da Educação Profissional, 2004.
  - \*DEP/SEED. Propostas Curriculares do (s) Curso (s) de Educação profissional , 2004.
  - \*DEM/SEED. Diretrizes Curriculares do Ensino Médio – versão preliminar,2005.
  - \*A participação dos funcionários das escolas na construção do projeto Político-pedagógico.
  - \*Educação Especial: elementos para análise:
    - \*histórico da educação especial
    - \*concepção dos sujeitos com necessidades especiais
    - \*atendimento educacional
    - \*papel da educação Especial nos diferentes contextos.
- Texto de apoio:
- \*DEE/ SEED Diretrizes da Educação Especial para a construção de Currículos Inclusivos - versão preliminar
  - \*Planejamento do trabalho pedagógico docente

## 2007

Discussão do PPP como fundamento para elaborar a Proposta Pedagógica Curricular com todo o coletivo escolar – proposta única de trabalho entre os departamentos na SEED.

- \*proposta de trabalho: discutir e elaborar o PPP
- \*elaborar a PPC e o Planejamento
- \*elaborar o plano de ação da Escola

\*Material de Apoio:

DCEs, PPP, Livros Didáticos, Livro Didático Público, Acervo da biblioteca do professor, Folhas e OAC, Propostas curriculares do Curso profissionalizante, cadernos temáticos, documentos da educação Especial, Textos dos grupos de Estudos, Diretrizes Curriculares da Educação do Campo, PPC de 2006.

\*Proposta específica dos funcionários, com base no texto:

DOURADO, L, F. A reforma do estado brasileiro: a gestão da educação e da escola. Cap. II in: Gestão da educação Escolar. Brasília, 2006.

## 2008

Objetivo de evidenciar a organização pedagógico-administrativa das escolas, dando continuidade ao processo de construção dos documentos que legitimam o trabalho pedagógico.

\*Roteiro comum elaborado pela CGE/SEED, com base nos textos:

- \*Texto 1 – CGE/SEED/PR, Gestão democrática e planejamento participativo; alguns apontamentos para a organização da escola pública em sua função social.
- \*Texto 2 – Projeto político -pedagógico e Regimento Escolar, CGE/SEED.
- \*Texto 3 – Construção da autonomia da escola

\*Temas abordados no roteiro:

Desempenho dos alunos

Programas e materiais de apoio pedagógico da escola – sala de apoio - sala de recursos -

Conselho de Classe ou conselho de avaliação

Distribuição de aulas/ turmas

Formação continuada

Relação escola – comunidade

Instâncias colegiadas

Vinculação e aplicação de recursos financeiros nas unidades escolares

Projeto político pedagógico

Regimento escolar

Planejamento participativo

Proposta pedagógica curricular

Avaliação escolar  
 Hora atividade  
 Recuperação de estudos  
 Registro e acompanhamento dos alunos incluídos  
 Enfrentamento a evasão  
 Semana cultural e desportiva  
 Programas institucionais  
 Educação do campo  
 Desafios educacionais contemporâneos  
 Materiais e ambientes didático pedagógicos  
 Recursos financeiros

\* Em julho/2008 o objetivo da Semana Pedagógica foi discutir e analisar a concepção de currículo disciplinar como via de enfrentamento a secundarização do papel da escola. Com base no texto:

\*CGE/ SEED. Os desafios educacionais contemporâneos e os conteúdos escolares: reflexos na organização da proposta curricular e a especificidade da escola pública  
 SEED, Paraná, 2008

## 2009

Objetivo – apresentar o retorno das produções de 2008, indicando a opção pelo conteúdo disciplinar como via de enfrentamento a concepção de “Pedagogia de Projetos”, ao Construtivismo dos PCNs e à secundarização da especificidade da escola pública, pela via de estudos para discussão sobre concepção de currículo e organização da prática pedagógicas. Com base nos textos:

\*Texto 1 - CGE/SEED. Concepção de Currículo disciplinar: limites e avanços das escolas da Rede estadual do Paraná. SEED/PR, 2009.

\*Texto 2 - DEB/SEED a Educação Básica e a opção pelo currículo disciplinar: texto introdutório das Diretrizes da Educação Básica. SEED/ PR, 2008.

\*A Semana de julho de 2009 teve como objetivo propor estudos para discutir sobre concepção de ensino-aprendizagem e a organização da prática pedagógica. Foi um roteiro único, que teve base nos textos:

Texto 1 – CGE/SEED. RETORNO DA SEMANA PEDAGÓGICA DE FEVEREIRO DE 2009:  
 PERFAZENDO O CAMINHO DO CURRÍCULO

Texto 2: SFORNI, Marta Sueli de Faria. Aprendizagem conceitual e organização do ensino: contribuições da teoria da atividade. Araraquara: JM Editora, 2004.

## SEMANA PEDAGÓGICA 2010

Os temas/demandas especificados abaixo, inerentes à organização do trabalho pedagógico, fazem parte das discussões já realizadas pela SEED, em formações continuadas pontuais, assim como, assuntos solicitados pelas escolas durante tais momentos de formação.

**\*\*\*\*\* LEMBRAMOS QUE A ESCOLA DEVERÁ SELECIONAR ENTRE 01 E 03**

**TEMAS/DEMANDAS PARA A DISCUSSÃO NO COLETIVO\*\*\*\*\***

**PARA ACESSAR OS MATERIAIS DISPONIBILIZADOS CLIQUE COM O BOTÃO DIREITO DO**

**MOUSE EM CIMA DO LINK SUBLINHADO E SELECIONE "ABRIR HYPERLINK"**

## FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Ao trabalhar este tema é importante considerar a função social da escola pública na democratização do ensino, no acesso ao conhecimento sistematizado, na implementação de políticas públicas educacionais, nas condições reais da escola pública hoje e suas relações com a sociedade.

Sugerem-se [leituras já ocorridas nas Jornadas Pedagógicas 2008 e 2009](#)

[A educação como um direito fundamental](#)

[A educação escolar e a exclusão de seus destinatários](#)

[A educação para além do capital](#)

[Educação para a competitividade ou para a cidadania social](#)

[O multiculturalismo](#)

[Para que servem as escolas](#)

[Escola unitária](#)

[Educação e ideologia: quando a pseudoneutralidade expressa uma opção pela naturalização das desigualdades](#)

## ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Este tema propicia a reflexão sobre os diferentes trabalhos educativos desenvolvidos no espaço escolar, considerando a perspectiva de sujeito epistêmico a partir das relações estabelecidas no espaço e tempo da escola. Diz respeito à natureza das ações da escola.

Sugere-se aqui a retomada dos [textos do Grupo de Estudos 2009, sobre a organização do trabalho pedagógico. \(Entrar na página da Capacitação- \[www.diaadia.pr.gov/cfc\]\(http://www.diaadia.pr.gov/cfc\) -com a senha da escola e acessar os textos do Grupo de estudos de pedagogos\)](#)

[Método e Metodologia](#)

[A prática pedagógica dos educadores no espaço escolar](#)

[Fundamentos para uma proposta pedagógica](#)

[Olhares contemporâneos sobre o conhecimento](#)

[O papel do pedagogo e a possibilidade de mediação do currículo](#)

[O planejamento do trabalho pedagógico](#)

[Organização do trabalho didático](#)

## Planejamento educacional

### O projeto político pedagógico: uma construção coletiva

#### Práxis e educação

## **GESTÃO ESCOLAR**

A discussão refere-se ao papel das instâncias colegiadas como espaços privilegiados de participação e representação do coletivo escolar nas decisões da escola. Também podem ser abordadas questões relativas ao planejamento coletivo, gestão da educação e implementação das políticas e programas educacionais.

Sugere-se aqui a retomada dos [textos do Grupo de Estudos 2009, sobre a comunidade escolar. \(Entrar na página da Capacitação – www.diaadia.pr.gov.br – com a senha da escola e acessar os textos da do grupo de estudos da Comunidade Escolar\)](#)

E ainda, os cadernos do CINFOP/UFPR, utilizados na formação continuada dos diretores – EaD, e demais bibliografias:

#### Gestão da escola pública

#### Planejamento e trabalho coletivo

#### Políticas e gestão da educação

#### A democratização da gestão educacional

#### A dialética entre a concepção e a prática da gestão democrática no âmbito da educação básica no Brasil

#### A gestão da educação

#### Gestão popular e a autonomia da escola pública

#### O conceito de vontade coletiva em Gramsci

#### Orçamento participativo da educação

## **AVALIAÇÃO**

Entende-se a avaliação como análise da prática pedagógica de todos os envolvidos no processo educativo, como o objetivo de corrigir rumos e repensar situações para que a aprendizagem ocorra. Ao avaliar a aprendizagem dos alunos também se avalia a prática dos professores, a

gestão e o currículo escolar, bem como o próprio sistema de ensino como um todo. Portanto, sugerem-se os desdobramentos:

[CAMPANHA: EU ACOMPANHO A AVALIAÇÃO ESCOLAR DO MEU\(A\) FILHO\(A\). E VOCÊ? Mobilização pela avaliação escolar: documento encaminhado às escolas entre novembro e dezembro de 2009](#)

[Gestão e avaliação da educação escolar](#)

[Critérios de avaliação](#)

[A atual prática da avaliação e democratização](#)

[A avaliação na educação básica](#)

[Avaliação da aprendizagem e educação](#)

[O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem](#)

[Avaliação na escola – Grupo de estudo – 2008](#)

[Avaliação: um processo intencional e planejado](#)

[Sistema Nacional de Educação: nó da avaliação?](#)

[Concepção e organização da avaliação no contexto da concepção de educação: instrumentos, critérios e relações existentes no processo de ensino e aprendizagem](#)

## **CONSELHO DE CLASSE**

Refletir a respeito dos processos de análise, discussão e deliberação sobre todo o processo de ensino e de aprendizagem na escola, desde a organização do trabalho escolar, o planejamento e sua execução, a avaliação dos alunos e o replanejamento.

[Sugere-se a retomada de orientações enviadas em dezembro de 2008.](#)

[O conselho de classe e a construção do conselho escolar](#)

[Conselho de Classe Participativo](#)

[Conselho de classe participativo: resistências e rupturas](#)

## **DADOS EDUCACIONAIS**

Levantamento e análise dos índices da escola e sistema de ensino: evasão, reprovação, Prova Brasil, Provinha Brasil, Enem, IDEB, a perspectiva de que é um direito de todos ter acesso aos documentos e registros escolares que indicam os resultados e desempenhos dos alunos.

[Orientações para acesso aos dados](#)

[Tabela para a sistematização dos dados](#)

[A implementação do programa plano de desenvolvimento da escola \(pde-escola\) nas escolas públicas estaduais do paraná: tentativas de avanços nos descaminhos históricos da gestão escolar](#)

**INCLUSÃO**

Um dos desafios propostos   um convite   reflexão, discussão e proposi o aos documentos significativos de sua escola (PPP, PPC, Regimento Escolar, Plano de Trabalho Docente) de alternativas para a consolida o de uma escola inclusiva que   direito e dever de todos os que acreditam que a escola   o local privilegiado e, muitas vezes, o único onde, de fato, os sujeitos de sua própria educa o, quaisquer que sejam suas limita es, podem fazer a experiência fundamental e absolutamente necessária, da cidadania, em toda sua plenitude. Sugere-se como base os textos:

<u><a href="#">A educa�o especial no Paraná: subsídios para a constru�o das diretrizes pedagógicas da educa�o especial na educa�o básica.</a></u>
<u><a href="#">De qual política de inclusão educacional estamos falando? Inclusão escolar e o atendimento � diversidade.</a></u>
<u><a href="#">Inclusão e diversidade: reflexões para constru�o do projeto político-pedagógico.</a></u>
Fundamentos políticos da educa�o especial para a constru�o de currículos inclusivos – documento preliminar.*
Diretrizes curriculares para a educa�o básica e o projeto político-pedagógico das escolas estaduais e de educa�o especial.*
Políticas públicas de educa�o especial. Avalia�o no contexto escolar. Adapta�es curriculares.*
Projeto político-pedagógico, proposta pedagógica curricular e o regimento escolar das escolas estaduais e escolas de educa�o especial.*
Flexibiliza�o / adapta�o curricular.*
<u><a href="#">Inclusão: esticar ou cortar? Rede da apoio da educa�o na perspectiva da inclusão</a></u>
<u><a href="#">Direito a educa�o, direito a igualdade e direito a diferença</a></u>

\*Materiais disponibilizados às escolas nas semanas pedagógicas anteriores.

**EDUCA O BÁSICA**

Refletir sobre a natureza e a oferta dos diferentes níveis e modalidades da educa o básica e o seu aspecto central: o processo de ensino-aprendizagem.

[Ensino Médio por Blocos](#)

[A educa o básica e a op o pelo currículo disciplinar](#)

[Identidade do Ensino Médio](#)

[Diretrizes Curriculares Estaduais](#)

[Aprendizagem e desenvolvimento: o papel da media o](#)

[Conteúdos Escolares e desenvolvimento humano](#)

Currículo, reformas e a questão da formação humana: uma reflexão a partir da Teoria Crítica da Sociedade

Pela superação do esfacelamento do currículo realizado pelas pedagogias relativistas  
Relações temporais entre aprendizagem e desenvolvimento e periodização da escolarização: uma reflexão na perspectiva vigotskiana

Uma concepção de criança na práxis educacional

## **DESAFIOS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEOS**

Discussão dos aspectos gerais ou específicos referentes a:

Os desafios educacionais contemporâneos e os conteúdos escolares: reflexos na organização da proposta pedagógica curricular e a especificidade da escola pública

Enfrentamento à violência na escola

Relações étnico-raciais

Educação Ambiental

Prevenção ao uso indevido de drogas

Educação Fiscal

## **ARTICULAÇÃO DE ATIVIDADES CURRICULARES**

Como articular atividades para além da grade curricular, de forma a contemplar a concepção de educação construída pela escola:

O Programa Viva a Escola e o PPP e o Plano de Trabalho Docente

## **DIVERSIDADE**

Em que os conhecimentos acerca da história, realidade e pertencimento dos sujeitos indígenas(Kaingang, Xeta, Guarani e Xockleng), LGBT( Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), Negros e Negras, Quilombolas, Posseiros, Bóias-frias, Ribeirinhos, Ilhéus Atingidos por Barragens, Assentados, Acampados, Arrendatários, Pequenos Proprietários ou Colonos ou Sitiantes e Faxinalenses contribuem na Construção do Projeto Político Pedagógico da escola (Currículo, Metodologia, Organização do Trabalho Pedagógico entre outros aspectos). Analisando como estes

sujeitos estão identificados na escola e contemplados nos documentos e práticas escolares.

[Escolas do Campo](#)

[Escolas Indígenas](#)

[Construção do PPP das escolas indígenas: o início de um processo](#)

[Gênero e diversidade sexual](#)

[Educação das Relações Etnicorraciais e de Afrodescendência](#)

## EDUCAÇÃO E TRABALHO

Discutir a educação profissional, tendo como princípio a relação educação e mundo do trabalho.

[Princípios Políticos e Pedagógicos que subsidiaram as discussões das capacitações realizadas pelo DET/SEED até a presente data](#)

[Textos disponibilizados pelo PDE](#)

[Educação, trabalho e cidadania](#)

[Escola e trabalho numa perspectiva histórica](#)

**QUADRO 1**  
**SISTEMATIZAÇÃO DAS DISCUSSÕES**

<i>Tema/demanda</i>	<i>Justificativa da escolha do tema</i>	<i>Material de fundamentação da discussão</i>	<i>O que consta no marco conceitual e operacional do ppp</i>	<i>O que consta no regimento escolar</i>	<i>Alterações por coletivo escolar e documentação</i>